

QUILOMBOS

Comunidades negras iniciam um movimento nacional para a titulação dos imóveis, um direito garantido pela Constituição Federal. Entre 1.291 áreas identificadas até hoje no Brasil, apenas 36 têm o documento de propriedade

Para viver e ser dono da terra

Cristina Ávila
 Da equipe do Correio

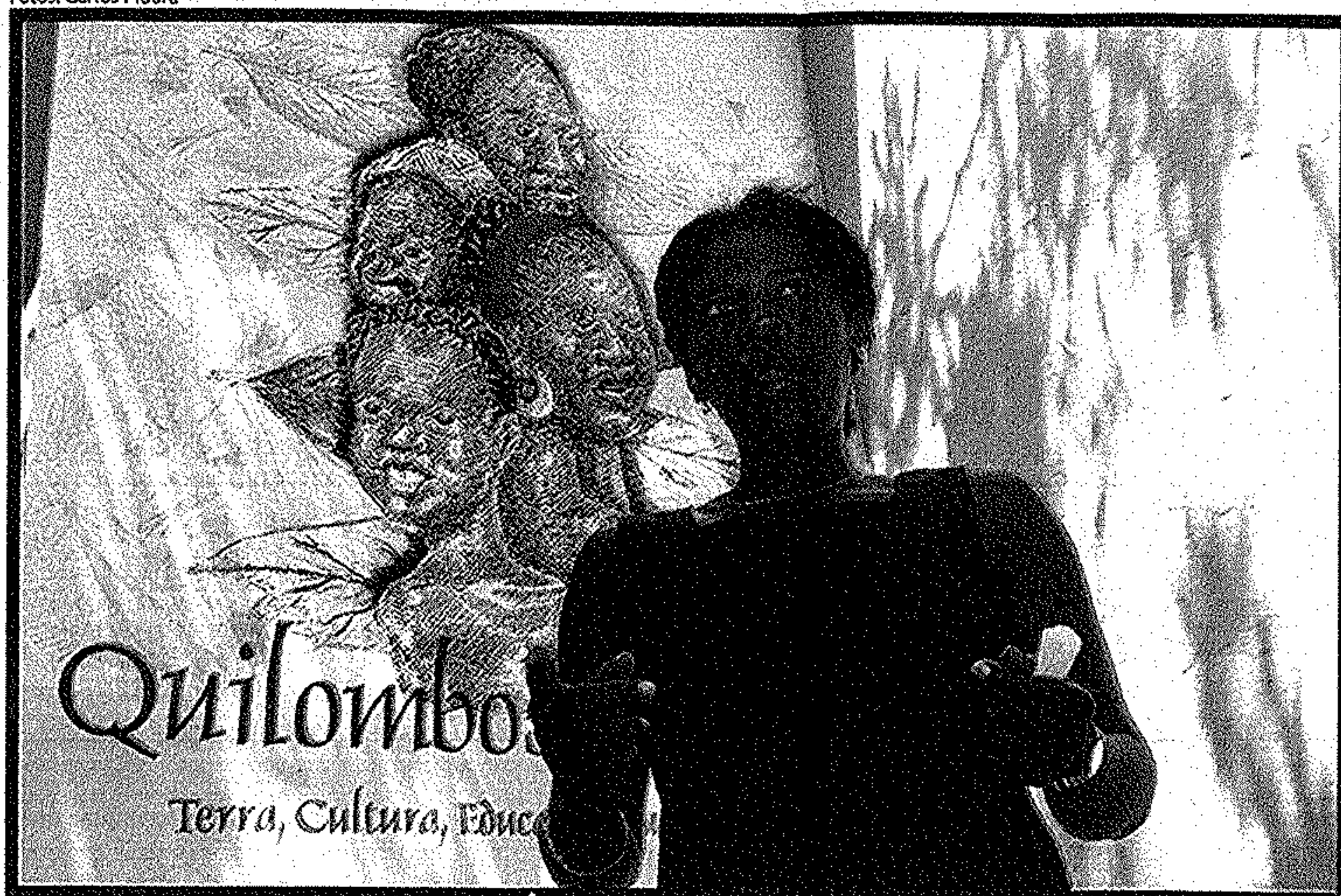
Nos Matões dos Moreira, comunidade de descendentes de escravos no município de Codó, no Maranhão, os tambores do candomblé retumbam em festas. Ou nos rituais de preparo para alguma luta. Os confrontos não são armados, como no tempo da escravidão, mas até hoje os negros enfrentam perseguições e ameaças de expulsão de suas terras tradicionais. Para se proteger, eles estão começando um movimento em todo o país, para a titulação dos imóveis, que são reconhecidos pela Constituição Federal.

Quilombo é uma palavra da

língua banto, da África subequatorial, que significa aldeamento. Muitos foram abrigos de fugitivos da escravidão, outros foram terras doadas por antigos senhores. Entre 1.291 quilombos identificados até hoje no Brasil, apenas 36 têm títulos de propriedade. As comunidades estão espalhadas em 24 estados, onde vivem 2 milhões de pessoas em 30 milhões de hectares. Só não existem no Acre, Roraima e no Distrito Federal.

Na semana passada, 86 líderes de 22 estados do Brasil estiveram reunidos em Brasília, discutindo os problemas que enfrentam e as reivindicações que vão levar ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A organização deles é muito recente.

Fotos: Carlos Moura



ANA EMÍLIA, LÍDER DO QUILOMBO MATÕES DOS MOREIRA: "É UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NOSSA IDENTIDADE"

Seu primeiro encontro nacional foi em dezembro do ano passado. Os quilombolas de todo país têm em comum especialmente o problema com a terra.

"Nosso território foi invadido nos anos 70. Quem mais resistiu foram as mulheres. Resistiram porque não tinham como sair, os maridos foram mortos ou foram

abandonadas", conta Ana Emília Moreira dos Santos, 41 anos, presidente da associação do quilombo Matões dos Moreira, que fica a cinco horas de ônibus de São Luiz (MA). "Minha mãe e duas tias começaram, então, a brigar pela terra, batendo tambor de candomblé, para que a entidade avisasse se teriam progresso na luta."

RAÍZES

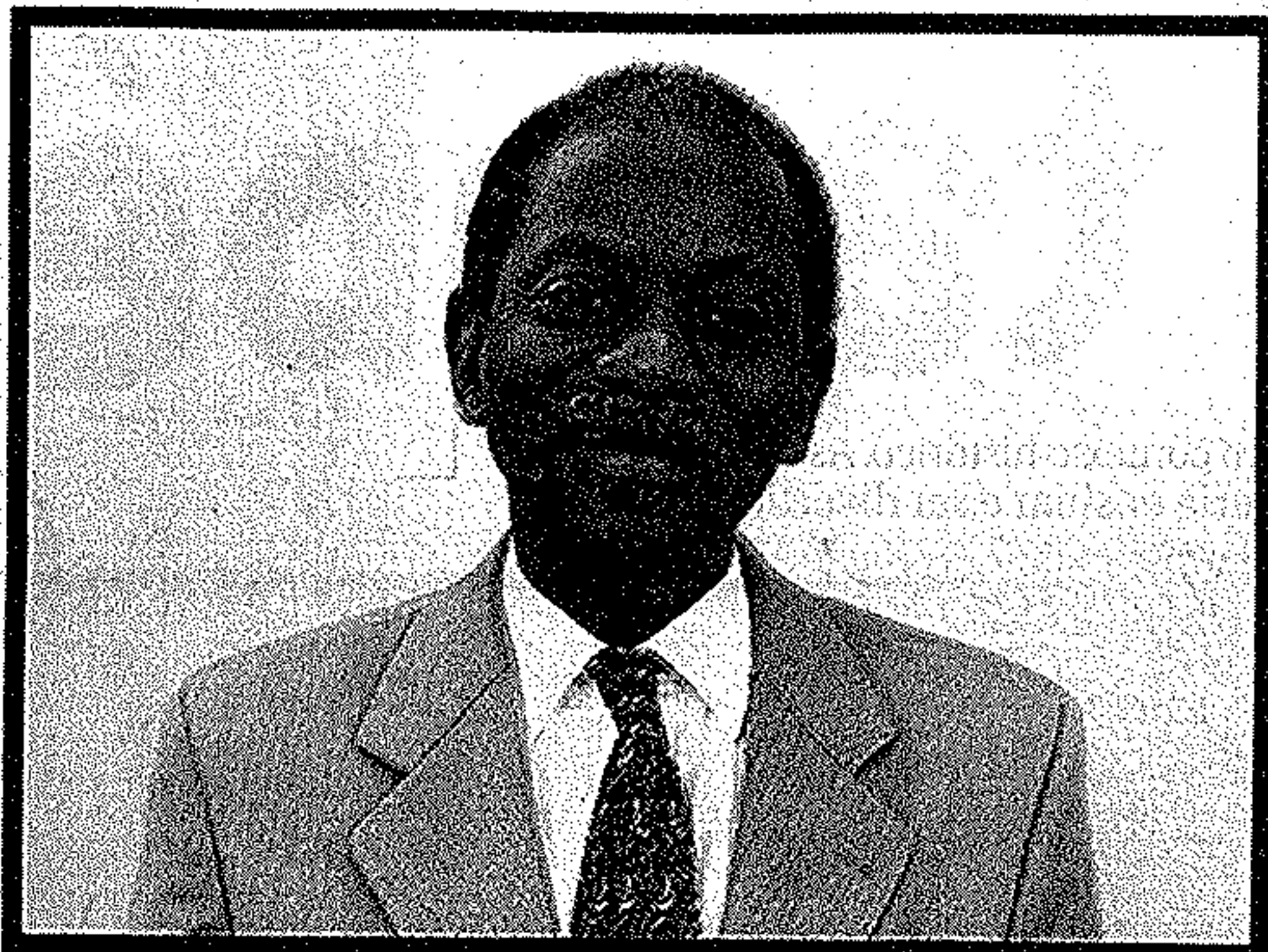
Os quilombos geralmente estão localizados em áreas de difícil acesso. A medida em que as cidades crescem, as comunidades negras ficam mais próximas às áreas urbanas. No quilombo Bairiqui, município de Oeiras (PA), até 40 anos atrás o contato com os brancos era feito apenas por uma pessoa, que levava arte-

sanato e caça para vender na cidade. Nos anos 70, com a abertura da estrada Tucuruí-Cametá, apareceram os grileiros e hoje os negros estão brigando entre eles mesmos por causa da terra.

"Uns querem que a terra seja titulada em conjunto, em nome da associação, para posse coletiva. Outros, influenciados por brancos, querem lotes individuais", conta Josiel Barbosa, presidente da associação do quilombo. Ele está ameaçado de morte pelos parentes que são contrários ao título coletivo.

Em Codó, as negras conseguiram afastar os brancos, com a desapropriação de 4 mil hectares que estavam ocupados por invasores. Mas a luta não se reduziu ao território. Ana Emília explica que a maior conquista é garantir a união do povo. "Tudo isso é um processo de construção de nossa identidade, de resgate dos valores que nossos ancestrais cultivavam nas senzalas. Como se identificar como um quilombola, se a gente não cultiva nada de nossas raízes?", pergunta.

Não existem estatísticas que caracterizem o perfil dessas pessoas no Brasil. Até agora, o único levantamento é sobre o número de quilombos, a população e o tamanho das terras. Os dados foram organizados pela Fundação Cultural Palmares, órgão federal criado em 1988 para incentivo à organização quilombola.



CARLOS MOURA, DA FUNDAÇÃO PALMARES: PELA MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO

Verba é insuficiente

As terras dos quilombolas são reconhecidas no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, homologada em 1988. O artigo foi uma emenda apresentada pela então deputada Benedita da Silva (PT-RJ). A titulação das terras é atribuição da Fundação Cultural Palmares, desde a edição do Decreto 3.912, de setembro do ano passado.

Mas falta dinheiro para que os negros possam usufruir dos benefícios legais.

"A Fundação Palmares tem R\$ 2,6 milhões de orçamento anual. Seriam necessários no mínimo R\$ 150 milhões para cumprir o planejamento de titular 50 áreas por ano, das 1.291 identificadas", afirma Luiz Fernando do Rosário Linhares, coordenador nacional de Comunidades Remanescentes de

Quilombos, departamento da Fundação Palmares responsável pelas titulações.

Garantir as terras para os quilombolas é uma tarefa difícil. Só para se ter uma idéia, os Calunga da Chapada dos Veadeiros (GO) já tem as terras tituladas mas ainda ocupadas por pessoas estranhas à comunidade. Para indenizar os posseiros são necessários R\$ 7 milhões, segundo Luiz Fernando. É uma lista de problemas que

será levada ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Pedidos que os quilombolas já haviam apresentado ao presidente Fernando Henrique Cardoso e não foram atendidos. Eles querem providências para a retirada de invasores, indenizações pelo deslocamento em função da construção de hidrelétricas, criação de linhas de crédito específicas e também de leis que

asseguem o ensino da sua cultura, entre outras coisas.

Mas as atribuições não serão apenas do governo federal. Existem quilombos em terras estaduais. O Pará é um dos estados que tem melhor resolvido os problemas dessas comunidades. Desde maio de 2000, o governo do estado já conseguiu titular 23 quilombos e vai titular mais cinco até janeiro.

"Nossa legislação é simples,

não exige laudo antropológico", afirma Sérgio Fernandes, assessor técnico do Programa Raízes, da Secretaria de Justiça do Pará. Ele explica que basta que a comunidade apresente uma declaração afirmando ser descendente de escravos e estar ocupando a área reivindicada. Para o presidente da Fundação Palmares, Carlos Moura, a legislação federal ainda precisa ser melhorada, para evitar distorções. (CA)

INVESTIMENTO
R\$ 150 MILHÕES

são necessários, segundo a Fundação Palmares, para cumprir o planejamento de titular

50 ÁREAS
 por ano em todos os estados onde há quilombolas